

Os sentidos de existência humana: Identidade e Reconhecimento

Alice Dias Paulino*

Resumo

Este artigo tem por objetivo discorrer a respeito das concepções de Identidade-Reconhecimento, fundamentado em teorias e estudos das ciências humanas e sociais que tratam da existência e combinações entre os *sentidos* do sujeito singular (psicológico) e os significados do sujeito coletivo (sociológico). Com o aporte de autores da sociologia, psicologia e antropologia social, traz em suas análises o universo teórico explicativo sobre a vida social gerada nos processos interacionais, referenciais que fundamentam a construção identitária no fluxo das relações do cotidiano social. O conjunto de ideias defendidas nesta discussão teórica trata, em síntese, da dialética eu-nós movida pelas interações humanas e sua rede de significados vividos na experimentação entre a identidade pessoal e a identidade social, misturados e organizados num processo contínuo da construção “*quem sou eu*”. Ao final, se constroem reflexões sobre a configuração dos processos identificatórios e dos *sentidos* de existência humana, uma totalidade de experiências, de escolhas, de contradições feitas a partir do cotidiano, em diferentes espaços de expressão de vida social do homem contemporâneo.

Palavras-chave: Identidade. Reconhecimento. Sujeito Psicossocial. Sentidos de Vida.

Introdução

Os estudos integrados entre as ciências sociais e humanas têm lançado importantes perspectivas para se refletir, sob a ótica das relações ocidentais, os acontecimentos nas modernas sociedades contemporâneas construídas à luz da convenção capital-mercado.

A era moderna pressupõe, com o sentido de coordenar a atividade humana, um tipo de organização social regularizada na produção (e consumo) - entre máquinas, tecnologia, produção de bens e serviços. Traz em si condições diferenciadas entre pessoas e grupos em cujos espaços de práticas sociais, usando o entendimento de Giddens (1991), dão origem a uma nova reflexividade para as ações e relações humanas.

O chamado “mundo moderno” (fenômeno do capitalismo ocidental) personaliza e insere as pessoas em estruturas complexas e em constante transformação, por definir os constitutivos dessa forma de sociedade – bens culturais, valores, mercado, trabalho, classes sociais, códigos, territórios, lugares, e outras tantas dimensões materiais ou imateriais que marcam os sujeitos sociais que fazem parte da modernidade¹. Trata-se de fenômeno histórico que caracteriza a moderna economia ocidental e que insere o homem em contextos de atividades, relações e de interesses múltiplos, portanto, em diferenciadas condições de vida social.

Nesse cenário, como as pessoas constroem seus sentidos de vida social? O que as definem ou quais processos as caracterizam em unidades coletivas de pensamento, ou de ação? Novas formas de vida moldam uma “mente moderna” acomodada à alta divisão econômica do trabalho, às trocas comerciais (dinheiro), à atrofia da cultura individual (subjetiva) em relação à cultura objetiva (extremado individualismo), combinações infinitas de coerção, convenções e interesses que explicam muita coisa, mas nem tudo, sobre nossas relações sociais contemporâneas.

No vasto campo de conhecimento que trata das questões humanas e sociais, e com o intuito da interdisciplinaridade, essa discussão teórica traz alguns referenciais da sociologia, psicologia e

antropologia social. Como guia de análise apresenta, especialmente, a interpretação de autores do universo teórico explicativo sobre a vida social gerada pelos processos interacionais e que fundamentam a construção identitária a partir das relações constituídas no cotidiano social.

Nesse exercício preliminar de reflexão e de caminhos de compreensão acerca das atuais relações sociais, propõe-se verificar a relação entre os conceitos de Identidade e Reconhecimento nos sentidos de vida e na experimentação do sujeito em diferentes espaços de expressão de vida social, gerados dentro de sistemas institucionalizados impostos pela vida urbana – o símbolo expressivo da modernidade.

Do individual ao coletivo

Toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar, sentir no convívio com os outros. (ELIAS, 1994, p. 67).

A sociedade sem os indivíduos ou o indivíduo sem a sociedade é um absurdo, defende Elias (1994) ao se referir sobre as diversas abordagens e tentativas de explicações dos conhecidos conceitos “indivíduo” e “sociedade”. Ao longo de seu ensaio, o autor revela as dicotomias e dificuldades presentes nos estudos que relacionam os fatos históricos, sociais e psicológicos que buscam compreender a ligação da pessoa (indivíduo) e a sociedade (todos nós, juntos). Uma interação em que se abrem inúmeros (infindáveis) caminhos de estudos e de estudiosos que buscam a essência e o que dá finalidade e sentido à vida (construtoras ou destruidoras), em meio às relações coletivas historicamente construídas pelos sujeitos psíquicos e sociais.

A inquietação “*quem sou eu?*”, segundo Abib (2009), acumula respostas e polêmicas com os esforços pioneiros dos filósofos, seguidos por sociólogos, psicólogos e antropólogos. Quer na construção da individualidade humana, ou da coletividade social,

as diversas áreas de conhecimento têm se dedicado a essa temática e mostram esse entrelaçamento teórico.

Da racionalidade e pensamento (objetividade) da filosofia, para as percepções e emoções particulares, sentimentos (subjetividade) da psicologia, partiu-se em busca de explicações (de investigação no sentido interno), dos processos particulares e individuais da vontade, da consciência, dos desejos do sujeito. Na teoria dos papéis Abib (2009, p. 24) mostra que para os seus defensores existe um sujeito real que monitora seu desempenho durante todo o curso da representação, “[...] Esse sujeito real é o sujeito autêntico. Esse sujeito é autônomo, busca sua autorrealização. No curso do seu desenvolvimento, ele pode se defrontar com obstáculos e dificuldades que podem inibir sua espontaneidade e sua livre expressão”.

Ainda, na ótica do autor, *“quem sou eu”* é a composição de percepções particulares (impressões, ideias) e a ação (atividade, impulso, vontade, força). É a totalidade; uma combinação entre o “sujeito objetivo” e o “sujeito subjetivo”. “[...] O sujeito é um si ou uma relação entre o eu e o si, que é sempre atividade, processo, fluxo” (ABIB, 2009, p. 29).

Ao longo da história do conhecimento humano e da relevância atribuída à noção do Eu, em âmbito particularizado ou coletivo, a noção de identidade² entra nos debates e pesquisas contemporâneas se configurando em um objeto de estudo controverso, que traz a marca e presença, segundo Agier (2001, p. 08), quase obsessiva, “da identidade em todas as ocorrências da vida social”.

A identidade enquanto processo de identificação, individualizado de início, se destina a marcar ou destacar algo; significa reconhecer determinada marca em algo ou alguém, portanto, envolve aspectos cognitivos e uma construção inacabada (um processo dinâmico em construção na ótica da psicologia social).

A identificação revela uma experiência psíquica do ser humano que o leva a se perceber como alguém diferenciado de outros elementos que o cercam. Sugere-se, então, que o objeto de identificação não necessariamente precisa ser pessoa, pode ser entidade impessoal, ideologia, crença, que possa produzir uma identificação, de

semelhança ou de diferenciação.

Na concepção psicanalítica e freudiana, a identificação passa por um processo psicológico de assimilação; uma propriedade; um tributo; um modelo; um movimento de reflexo de um laço emocional. Como descreve Woodward (2000, p. 18), “[...] o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades”. Nessa relação, a autora destaca a formação identitária pela diferença, em outras palavras, pela distinção daquilo que você não é, uma representação construída simbólica e socialmente.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. (WOODWARD, 2000, p. 17).

Há, então, nessa construção da individualidade humana os fenômenos psíquicos que ocorrem entre-indivíduos e que vão além da situação familiar defendida como uma relação fundamental sobre os processos internalizados (subjetivos) enquanto formadora dos primeiros traços de identificação-identidade.

As práticas de significação (representação) não correspondem somente aos fenômenos psíquicos colocados no plural diz Barus-Michel (2004, p. 54), “[...] O social, das relações intersubjetivas não é uma coleção de indivíduos justapostos”. Compreende-se, portanto, que o social é uma unidade nova e estrutural, na medida em que permite aos seus membros um código de reconhecimento.

A “sociedade dos indivíduos”, transcrita por Elias (1994), traduz sobremaneira a associação de pessoas (nós) e as relações com os outros significativos (na família, na escola, no trabalho, na cidade etc.) – um conjunto que configura a transição do sujeito individual para o sujeito sociológico.

É o social que liga os indivíduos tornados por isso companheiros, aliados, associados [...] É o que partilham e reconhecem em comum indivíduos

tornados membros da unidade criada (grupo, coletivo, sociedade) [...] o sentimento de pertencimento corresponde aí ao nível afetivo e, poder-se-ia dizer, é seu primeiro traço psicológico. Faz com que os membros do grupo digam 'nós'. (BARUS-MICHEL, 2004, p. 55, grifo da autora).

Assim, o sujeito social não somente é imaginário e simbólico no sentido de que ele é um sujeito plural – interior e exterior; os sujeitos sociais também não deixam de ser pessoas singulares e, a partir do momento em que se comprometem socialmente, são atores sociais e membros de um grupo com as representações, tensões, angústias - é o vivido social (conflituoso) retomado nos processos de análise psicossocial.

Essa noção de pessoa, distinta da filosofia, destaca, sobretudo, um sistema social no qual indivíduos têm papéis, posição social e que possibilita reconhecer cada pessoa protagonista do seu espaço de vida. Essa perspectiva também é distinta da sociologia das representações coletivas de Durkheim, que trata de separar o social do individual como duas esferas independentes da realidade humana.

É no sistema social que acontece o sentimento do “nós”, que permite às pessoas, de forma direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, articularem alguns elementos vitais, como de orientação, comunicação, adaptação, por meio de códigos, sinais, símbolos que lhes possibilitam criar referências, identidades, um sentido de pertencimento, de vida, ou seja, o social é da ordem do simbólico e uma referência estruturante (BARUS-MICHEL, 2004).

O indivíduo humano, que se entrelaça ao sujeito social, subjetivado e intersubjetivado, dinâmico e relacional, é simultaneamente único e social. Como sujeito social, ele participa das transformações, assim como (re) constrói sua própria constituição.

[...] é inserido em um grupo ou em vários, todos situados em processos históricos de constituição e de transformação. Esses grupos são portadores de uma cultura, ou seja, de um complexo conjunto de conhecimentos e de crenças que tornam a realidade compreensível para eles e se materializam em hábitos e regras. (TOMANIK, 2009, p. 51).

Falar, portanto, em “identidades sociais” pressupõe uma realidade socialmente construída, na qual não se separa a dimensão individual e a coletiva. O processo é de abstração progressiva que parte do socialmente aceito pelos “outros significativos” e alcança o socialmente (político) aceito pelas instituições (grupos, comunidades, sociedades) (BERGER; LUCKMANN, 1985). Dessa maneira, os autores defendem que a “[...] identidade é então consideravelmente delineada [...] em palavras simples, cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja. Em tal sociedade as identidades são facilmente reconhecíveis, objetiva e subjetivamente” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 217).

Essa nova unidade social, assim institucionalizada – quer seja denominada de sociedade, povo, cidade ou comunidade (que a psicologia social recortou com o nome de *grupo*), produz questões complexas no encontro dos fenômenos individual/coletivo, psíquico/social e não existe fora de um espaço (físico/geográfico).

Partindo da ideia de que os grupos sociais asseguram a vida dos indivíduos, a noção de coletividade (vida em sociedade), além do espaço, também se constitui pelo tempo, gênero, pressupostos que Marcel Mauss resgatou na década de 1930 ao estudar “o lugar de pessoa” e ao mostrar uma “concretude” ao conceito que os homens criaram a seu respeito.

A estrutura da pessoa singular se relaciona com as outras pessoas, ou seja, com a vida coletiva – o sujeito numa dimensão de totalidade. Em sua existência e combinações “as identidades” podem se apresentar ambivalente e paradoxal, mas passível de compreensão a considerar as dimensões sociais e simbólicas criadas e (re)criadas nesses espaços de vivência social.

Tão significativas são essas formas de relação que justificam e mobilizam as ciências sociais e humanas na elaboração de explicações e intervenções, em seus campos de origem, mas interdependentes, sem, contudo, apresentarem um modelo plenamente elaborado (e conclusivo) do desenvolvimento psicossocial humano.

O construto Identidade

Enquanto categoria de análise, “identidade é a denominação dada às representações (idéias e sentimentos) que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio” (BOCK, 2008, p. 187). Mas isso é possível a partir de um conjunto de vivências e a cada nova relação com o mundo que traz à consciência uma síntese pessoal sobre si-mesmo – um movimento de encontro ao *quem sou eu*. Um conceito que define a singularidade do indivíduo produzida por representações e relações, uns com os outros.

A dialética “eu-nós”, como se mencionou, é a marca da existência da pessoa; da sua existência como ser social. Se reconhece a existência da pessoa (sujeito que pensa, sente, age), a partir dos espaços de vivência social, em que não se separam a dimensão individual e a dimensão coletiva; a construção das identidades individuais e coletivas não existem fora de seu contexto e são sempre relativos a algo específico que está em jogo.

Ao se considerar o grupo social uma nova unidade e uma referência estruturante é, principalmente, nos contextos urbanos que se pode perceber que os processos identitários não são simples, nem naturais. Envolve uma discussão que nos remete aos valores subjetivos (do conceito do “Eu”, do “sujeito”) misturados à noção de sujeito social (personagem e protagonista) das experiências coletivas.

Podem-se analisar as identidades efetivamente constituídas conforme indicam algumas vertentes da sociologia, antropologia e da psicologia social, e de como abordam seu objeto - contextual, relacional, construtivista ou situacional.

Derivada do interacionismo simbólico da Escola de Chicago³, a ideia de identidade psicossocial, significa a constituição do “eu” (mim) da pessoa na interação com os outros e com o outro generalizado. Há, portanto, nessa concepção interativa (identidade-eu), o interesse pelo grupo em si e sobre as relações entre-pessoas, que se distingue, portanto, dos estudos que focam a relação identitária entre-grupos.

Reserva-se ao interacionismo a centralidade na pessoa (papéis, posições sociais, representações simbólicas), aquilo que a pessoa é

e que vai modificando dinamicamente por meio de combinações, configurações, em diferentes formas de associações, subordinações, exclusões.

Essa construção a caminho da identificação psicossocial implica uma relação (experiência relacional) que significa reconhecer a importância do outro na composição do “si-mesmo”. Em outras palavras, uma condição de compartilhar determinados fatos da vida social - acontecimentos históricos, preferências, códigos lingüísticos, situação econômica e política, religiosidade, lazer ou outros aspectos significantes para essa vivência de si e do outro. Permite-se, então, acompanhar a identidade social e seus desdobramentos ao longo do tempo e qual a importância subjetiva de uma identidade no repertório de uma pessoa (PAIVA, 2007).

A identidade social estudada pela antropologia está relacionada à ideia de alteridade, ou seja, é necessário existir o outro e seus caracteres para definir por comparação e diferença com os caracteres pelos quais me identifico. No entendimento de Roberto DaMatta,

Descobrir como as pessoas se posicionam e atualizam as ‘coisas’ desta lista, você fará um ‘inventário’ de identidades sociais e de sociedades. Isso lhe permitirá descobrir o estilo e o ‘jeito’ de cada sistema. Ou, como se diz em linguagem antropológica, a cultura ou ideologia de cada sociedade (DAMATTA, 1986, p. 09, grifos do autor).

Sob essa hipótese, a relação uns com os outros é o processo que viabiliza a formação da identidade social mediante aos valores, sentidos e símbolos da cultura. Na perspectiva de uma análise sociopsicológica, a identidade, a história (momento) e local são os constituintes do sujeito social. Talvez, em razão do fato de que esses elementos tomados no conjunto se transformam tão rapidamente para o sujeito sociológico da modernidade, se justifique afirmar que esse sujeito social contemporâneo⁴ não tenha uma identidade permanente, fixa ou duradoura. A mudança nas situações sociais, a mudança na história de vida e nas relações sociais determinam um processar contínuo na definição de si mesmo (BOCK, 2008).

Enquanto construção social, a identidade traz um comportamento de aceitação (ou de recusa) dos “outros significativos” para si (que inclui os aceitos pela sociedade e instituições, a quem George Mead chama de “outro generalizado”).

Caiuby (1993) explica que o conceito de identidade é constituído para se reconhecer as semelhanças e diferenças individuais/coletivas; um processo que opera no plano da estrutura macrossocial, a considerar o sociopolítico, histórico e até semiótico⁵.

A representação de si e a autoimagem são dinâmicas e, por vezes, implicam num confronto entre sistemas de valores conflitantes (a partir da cultura dominante). Cria-se, assim, um processo de identificação na imagem e semelhança de um “jogo de espelhos”, dada a intencionalidade ou a multiplicidade em que a sociedade ou o indivíduo se olham. Um processo de combinações, tal como um caleidoscópio, que dá origem a uma forma de representação de si ligada àquela que se faz do outro, como um espelho sobre o qual se busca a própria imagem (CAIUBY, 1993).

O processo de construção de identidade social parece, então, ter um fluxo que propicia as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos do autoconhecimento e fixa identidades pessoais na medida em que recupera a singularidade do indivíduo. É esse processo que possibilita a construção da consciência individual e coletiva em que não se separam as experiências significativas às pessoas e aos seus grupos de convivência e de pertencimento; uma ação que o indivíduo também é capaz (agente) de formular um esquema classificatório que separa pessoas (ou objetos) com características comuns e de criar valor simbólico para-si e de si para-outros.

O processo de construção de identidade social, que na concepção de Mauss (2007) mistura agentes, atos e representações e acontece no cotidiano das pessoas.

A noção de Reconhecimento

De qual “re-conhecer”⁶ se fala? Das capacidades individuais -

do ato do reconhecimento da responsabilidade da ação enquanto sujeitos da ação? Do reconhecimento como princípio (de si mesmo) ou como resultado de uma relação entre pessoas? De se entender que as pessoas necessitam serem (re)conhecidas (*identificadas, conhecidas de novo*) pelo que são e pelo que fazem?

O estudo da existência e combinações entre o sujeito singular (psicológico) e o sujeito coletivo (sociológico), nos aproxima da noção do reconhecimento que consolida a identidade social. Um pouco mais próximo, portanto, da ideia de Ricoeur (2006) de ligar imagens ou percepções relativas a um objeto para distingui-lo e identificá-lo. Essa discussão preliminar entre identidade-reconhecimento está pautada na noção do reconhecimento como instauração do vínculo social explicitado pelo autor⁷.

Para Ricoeur (2006, p. 152), a “idéia de reconhecimento possui um vínculo privilegiado com o da identidade”, o que explica o reconhecimento como identificação de algo, ou à própria capacidade individual do reconhecimento.

A noção do reconhecer constituída pelas etapas de identificação do reconhecimento de si e de outrem segue, segundo Ricoeur (2006), um percurso histórico-filosófico (que conta com análises de Descartes e Kant), e chega ao sujeito da ação, que revela a capacidade do homem de ser capaz da ação de reconhecer (distinguir uma identidade). A ideia de percurso do reconhecimento⁸ (o título de seu livro) implica em movimento com sentido, não em simples deslocamento, e sim, de mudança ou alteração de algo.

O sentido, significado, marca (algo ou alguém) que está sendo experienciado, experimentado psicologicamente, articula o sujeito com o mundo histórico-social. Na investigação da psicologia a vontade e o interesse são partes do fenômeno que explica e conduz, no sentido interno, tal ação individual.

A abordagem, por exemplo, de Albert Bandura (na teoria social da cognição) já mostrava o processo cognitivo da pessoa o elemento formador e modificador de comportamentos nas situações sociais. Seus estudos entendiam e descreviam a autoeficácia como o senso de autoestima ou valor próprio, sentimento de adequação e competência

para resolver os problemas (SCHULTZ, 2005).

Em William James, no projeto da psicologia moderna, o sujeito é consciência:

[...] como tal, define-se por suas propriedades. A consciência é particular: refere-se aos processos psíquicos particulares. Também é temporal: é contínua e se transforma. Por fim, é cognitiva e volitiva: a cognição é interessada [...] Mais especificamente: o sujeito consiste no fluxo dos processos da consciência, como a cognição, a volição. (ABIB, 2009, p. 22).

Seguindo com as explicações de Ricoeur (2006), é no percurso da vontade que o tema reconhecimento aparece marcado pelo domínio do “eu”. O reconhecer, no infinitivo, que comporta o “eu” que reconhece enquanto está ativo (sujeito da ação). Uma espécie de autoidentificação (que também pressupõe os modelos iniciais de nossa vida), que prepara a pessoa para identificar outros.

Diz Ricouer (2006, p. 197), “o homem é necessariamente reconhecido e necessariamente reconhecedor”. As expressões “sujeito” e “ação” são combinadas e ligadas à concepção de ser humano, além de serem produtoras de sentidos e significados, elas trazem a dimensão relacional.

Os sentidos representam o que o sujeito psicológico agregou, registrou por meio de imagens, sensações e afetos. Já os significados são construídos no âmbito social (em palavras, símbolos, rituais), são categorias de sentidos coletivos, pois nascem das interações sociais e podem ser mais duradouros. Portanto, o sujeito integra-se dialeticamente à sociedade; torna-se o sujeito social, do vínculo social, das capacidades, das práticas sociais, das representações coletivas e do reconhecimento mútuo – (re)conhecer a si e ao outro (RICOUER, 2006).

Comparado à “própria capacidade de reconhecimento” de Paul Ricouer, encontra-se a “autoidentidade” de Antony Giddens, construída reflexivamente pelo agente (sujeito), existindo, assim, a distinção entre os conceitos identidade de autoidentidade. “São as narrativas do eu, ou as histórias que o eu conta sobre si mesmo, que

elaboram e reelaboram a continuidade da autoidentidade” (ABIB, 2009, p. 25).

Outro aspecto a ressaltar é que “reconhecimento-identidade” se articulam numa dimensão espaço-temporal da existência humana. Sociólogos contemporâneos como Giddens (2002), Hall (2006), Bauman (2005), que consideram como móvel a identidade do sujeito, tanto a individual quanto a social, inferem que as identidades são diferentes, em diferentes momentos. Numa visão mais antropológica e estrutural de DaMatta (2000) implica reconhecer a existência de um processo de construção ao longo de nossa existência que tende a estabelecer um inventário de identidades sociais pelos quais me identifico, possivelmente com perdas e ganhos, mas na expectativa e confiança de inserção, de amparo coletivo.

Assim sendo, a situação social está inter-relacionada ao processo de identificação entre os envolvidos - pessoa e o grupo (coletividade) - na criação de suas histórias que se dão inter-subjetivamente quando compartilham experiências, pensamentos, sentimentos, significados comuns. Cria-se o lugar de identidade - ao qual pertencço, ou na forma de espaço, ou como um lugar de interações, previamente organizado, hierarquizado ou não, intencional ou não.

O vínculo entre representações e práticas sociais se expressa no papel de mediações simbólicas, que as primeiras exercem quando as segundas têm um conteúdo determinado, a saber, a instauração do vínculo social e das modalidades de identidades que estão ligadas a ele (RICOUER, 2006, p. 149).

São essas formas de vinculação que contêm algo de ambivalente para aqueles que vão aceitar “como seus iguais”, e que para DaMatta (1986, p. 07), representam “[...] zonas indeterminadas, mas necessárias que nascem as diferenças e, nelas, os estilos, os modos de ser e estar, os ‘jeitos’ de cada qual”.

Note-se que na investigação antropológica, o conceito de identidade sugere a existência de uma soma nunca concluída de um aglomerado de signos, referências e influências que definem o entendimento relacional entre indivíduos, percebida por seus

contrastes, ou seja, pela diferença de si ante outros; na investigação sociológica se busca compreender e dar visibilidade a essa dimensão intersubjetivada que marcam “as identidades” construídas e o que elas representam no cotidiano social (para aquele grupo, comunidade, sociedade).

Sentidos de vida: identidade e reconhecimento

Percorremos algumas explicações sobre a construção identitária em âmbito multidisciplinar (DAMATTA, 1986 e 2000; CAIUBY, 1993; WOODWARD, 2000; BARUS-MICHEL, 2004; BOCK, 2008; ABIB, 2009), estudos que explicam a constituição do Eu concreto marcado pelas relações sociais, configurado numa dinâmica interacional entre os *sentidos* e os significados. Um processo contínuo e complexo de encontros dos fenômenos psicológicos e sociais – individual e coletivo, que coexistem numa dimensão histórica e social.

Em sua existência e combinações “as identidades” podem, então, se apresentar ambivalente e paradoxal, pois estão associadas às posições (papéis) que as pessoas ocupam em seu contexto, contudo, são fenômenos passíveis de compreensão a partir da análise das dimensões sociais e simbólicas criadas e (re)criadas nesses espaços de vivência social. O universo simbólico, vale ressaltar, é um nível de legitimação dos atos humanos que rege a conduta da vida cotidiana, uma vez que esses processos simbólicos são gerados em realidades diferentes, compõem a experiência do cotidiano, são produtos sociais e tem uma história, assim sendo, possível de se conhecer.

Ter identidade e pertencimento “não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17), porém, é um estado que nos apresenta e representa um porto seguro no cotidiano social.

Na constatação dos diversos papéis e identidades que decorrem dos pressupostos interacionistas, a teoria da Identidade⁹ propõe uma espécie de hierarquia que nos ajuda a entender possíveis passagens por mais de uma “comunidade de idéias”, ou das “escolhas intencionais” realizadas:

As identidades se estruturam, pois, segundo uma hierarquia de saliências. Note-se que no mesmo indivíduo os mesmos papéis podem ter a saliência alterada com os acontecimentos da vida, o que equivale a mudanças na hierarquia das saliências e na estrutura da identidade. As identidades situadas no topo ou nos níveis mais elevados da hierarquia têm maior poder de definir a identidade da pessoa porque têm maior probabilidade, do que as situadas em níveis inferiores, de ser ativadas num maior número de situações (PAIVA, 2007, p. 79).

Reafirma-se em DaMatta (1986) a compreensão de que tanto os homens quanto as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas e, para tanto, é necessário descobrirmos como as pessoas se posicionam e atualizam suas “listas e classificações”. Nesse sentido, a construção da identidade pelo sistema de papéis não é tão simples, pois a pessoa é avaliada pelos demais membros; as emoções agem modificando essa identidade social ao longo das relações e do tempo.

Nas relações contemporâneas, esse é um fenômeno com implicações mais complexas para os modos de ser e agir dos sujeitos, pois a contemporaneidade trouxe marcas profundas e maior diferenciação social, econômica e, principalmente, tecnológica. É possível se afirmar que há um sentimento de muita transitoriedade e descontinuidade nas interações no nosso cotidiano, fato que se percebe em diferentes momentos de vida atual - nos vínculos afetivos em geral, no convívio entre os adolescentes, nas relações do mundo do trabalho -, enfim, são mudanças que vem alterando, significativamente, o conjunto das experiências psíquicas e sociais e, por conseguinte, os processos identificatórios.

Pode-se pensar que há um custo emocional nesse universo de inclusão (ou não) dos sujeitos no mundo e nas relações com os outros. Nessas “transições” de identidade, ou ainda, nas mudanças constantes nos *sentidos* e significados, individuais ou coletivos, demanda um esforço psíquico maior para os indivíduos terem um “lugar” e constituir suas identidades pessoal e social. Essa escala de papéis sociais que ora é conferido à pessoa, ora pode ser alcançado

por ela, depende da ação do sujeito, portanto, será legitimada por seu desempenho, pelo esforço de se integrar e “validar” seu papel junto ao grupo.

Verifica-se, sob essa perspectiva de análise e do vínculo privilegiado entre identidade-reconhecimento percebido por Paul Ricouer, o movimento e a busca constante dos sujeitos nas relações interpessoais e na busca de aceitação social. O processo de estruturação identitária (transições de identidade) por se alterar ao longo de nossa existência, irá exigir do sujeito (do agente) um percurso constante de conhecer, reconhecer, percorrendo etapas de identificação (e de capacidade do sujeito) do reconhecimento de si próprio e dos outros.

Nesse ato de (re)conhecimento conduz, mais intensamente, o sujeito a resgatar de seu repertório de conhecimento àquelas identidades e papéis aprovados socialmente de que se utiliza ao longo de sua vida de interações, de maneira a reformular outros *sentidos* e ações sobre “si” e sobre “os outros”. Uma ação que implica um diálogo (e negociação) constante com outros significativos que sinaliza um movimento (concreto) de si e, entre o “si e o outro”, para distingui-lo e identificá-lo. Explica Ricouer (2006), no desenvolvimento da temática do reconhecimento mútuo, que existe a essência e busca da reciprocidade, da alteridade nesse reconhecer.

Relembrando sobre a noção de alteridade (na origem filosófica) e o seu enfoque de discussão por antropólogos culturais, ela traz o sentido de reconhecer-se no outro, mesmo que a princípio, existam diferenças físicas, psíquicas e culturais. Em função disso, as formas de vinculação (identidades) também contem algo de ambivalente para aqueles que vão aceitar/reconhecer “como seus iguais”; trata-se de uma situação que, para DaMatta (2000), tem a possibilidade de se configurar como conduzido intencionalmente pela pessoa e com atributos positivos, benéficos ao indivíduo/grupo, dado sua importância e essencialidade na constituição da identidade/pertencimento sociais contemporâneos.

O sujeito sociológico, tratado como uma nova unidade social representa uma nova condição de vida, intencional ou não, e dá origem a uma nova situação que é coletiva e intersubjetiva. O social,

como já afirmado, vai além de uma coleção de indivíduos. Tampouco pode-se entendê-lo como fenômenos psíquicos colocados no plural. Nesse sentido, a existência de uma nova organização (unidade social) se constitui de passagens do intrassubjetivo (si-mesmo) ao inter-subjetivo (entre-indivíduos).

Infere-se, seguindo essa análise, e do ponto de vista relacional e da construção de identidades, a fragilidade e a perda da estabilidade que esse “encontro existencial” causa às pessoas no ato de compreensão “de si” e “do outro”, e também, nos *sentidos* de vida que formula a “si-mesmo”. Em meio às novas instituições e estruturas de poder, e diante das formas dos sujeitos se perceberem e se tratarem, podemos compreender que os novos arranjos da subjetividades (dos *sentidos*) dependem da capacidade de julgamento e do resultado das interações e enfrentamento com os outros nas práticas da vida cotidiana, demandas que levam em conta elementos de cognição, emoção e a própria ação da pessoa como a sua forma de adesão ao grupo.

Estendendo-nos a Erving Goffman, sociólogo que trabalha o vínculo entre o espaço e vida social, ele identifica em seus estudos acerca dos detalhes da identidade individual e social, a importância da interação social nas ações de todos os dias e na forma como cada um desempenha o seu papel e gera a impressão que causa nos outros em diferentes contextos. Por vezes, os atributos da identidade pessoal não permanecem positivos se considerar que “fatos sobre o passado ou o presente do indivíduo que poderiam desacreditar por completo a identidade que ele sustenta no momento” (GOFFMAN, 1988, p. 67).

Sua categoria de análise – o estigma¹⁰, em que ele define como um meio de categorizar as pessoas, o autor pressupõe, inicialmente, um (re)conhecimento por parte do indivíduo em busca de uma identidade pessoal a partir de “marcas positivas” (características por ele valorizadas) presentes em sua história de vida. Ao analisar o significado especial das relações e dos vínculos, verifica, também, que a “categoria e os atributos que ele, na realidade, prova possuir, serão chamados de sua identidade social real” (GOFFMAN, 1988, p. 06).

No sistema de valorização ou hierarquia de identidades pessoais, no mundo atual, não se está livre de receber ou de se autorreconhecer

por atributos (marcas) institucionalizados como ruins, instituídos para estabelecer divisões ou classificações, como foi descrito por Mary Douglas. Em estudos antropológicos contemporâneos Douglas (2007) analisa o papel das instituições que criam convenções que nos levam a comportar naturalmente de tal maneira a legitimar os conceitos que são socialmente aceitos.

Esse tipo de atribuição de identidade estigmatizada também vai passar pelo percurso do reconhecimento, pois o termo estigma carrega a depreciação – “de si” e “do outro”. O conceito (institucionalizado) representa mais uma linguagem de relações e significados e não propriamente de atributos (positivos) do sujeito, tomando, então, um sentido “desviante”.

Àqueles que possuem atributos comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias [...] os que se incluem em determinada categoria e podem-se referir a totalidade de seus membros pelo termo ‘grupo’ ou um equivalente, como ‘nós’ ou ‘nossa gente’ [...] aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disso, são definidos e se definem como seus iguais. (GOFFMAN, 1988, p. 11- 32-37, grifos do autor).

A considerar a dinâmica das interações, o estigma pode caracterizar um determinado momento (ou situação) de um único contato com seus iguais, o suficiente para mostrar a existência de outras pessoas iguais a si, o que Goffman (1988, p. 47) descreve como “ciclos de incorporação”, através dos quais se aceitam ou se rejeitam as oportunidades especiais de participação intragrupal. Estigmas, portanto, uma insígnia, são representações socialmente (ou até politicamente) instituídas e reconhecidas na formação do conceito do eu e do seu outro. Nesse sentido, ao longo da trajetória da construção identitária, as diferentes posições ocupadas por cada sujeito social no seu cotidiano, levam marcas (provisórias ou mais duradouras), se considerarmos os atributos que lhes são instituídos e passam a ser incorporados pelo sujeito psíquico e social (o “desempregado”, a “criança de rua”, o “trabalhador do lixo” ou “reciclados”, o “morador de rua”, o “favelado”, o “drogado”, o “sem-terra” etc.).

Em síntese, na experimentação entre a identidade pessoal e a

identidade social o conceito “*quem sou eu*” requer as mediações simbólicas e reconhecimento (Paul Ricoeur), a autoidentidade (Anthony Giddens), a consciência do sujeito (William James), a unidade social e de pertencimento (Barus-Michel), o jogo de espelhos (Silvia Caiuby), a representação do eu na vida cotidiana (Erving Goffman), conceitos prioritariamente aqui abordados. São importantes referências teóricas de origens distintas, mas que se sobrepõem (por serem complementares sem, contudo, conclusivas), e que explicam os sentidos de vida e nossas relações sociais contemporâneas.

Ao pensarmos nos elementos definidores da contemporaneidade, são muitas e visíveis as implicações desse contexto histórico para os processos humanos identificatórios formados por meio das vivências e experiências a que estamos submetidos no meio atual, mais ainda, se considerarmos que as identidades do mundo social estão, muitas vezes, contraditórias com o mundo interno do sujeito.

Constata-se que a ideia de identidade psicossocial possui um forte significado da constituição do Eu a partir dos vínculos estabelecidos com os “outros”, como vimos, uma condição para os sentidos de vida, em que determinados fatos da vida social são compartilhados entre-nós. *Quem sou eu*, então, é uma totalidade de experiências, de escolhas, de contradições, resultante da pluralidade de ideias e percepções, em que nem sempre é possível sustentar a consistência e a continuidade de nossa identidade ao passar do tempo.

Acrescenta-se, ainda, que o esforço de conhecer os aspectos simbólicos e identitários a partir de um grupo é algo que envolve uma dinamicidade expressa pelas interações humanas ao longo de sua história. Um reconhecimento de que existe uma rede de *sentidos* e significados subjetivos e intersubjetivos, misturados e organizados num processo contínuo de construção da realidade social, sem nos esquecer que o mundo atual impõe demandas psicossociais que pressionam o sujeito social à criação de novas estratégias ou mecanismos que o façam reconhecer e buscar novos *sentidos* de pertencer em sua comunidade.

O processo identificatório está intimamente ligado à aprendizagem,

e isso implica em sentir, apreender e agir a partir de uma realidade, desse modo, a identidade, a história (momento) e local são os constituintes do sujeito social numa dimensão sociopsicológica. Ao internalizar significados e valores, somos o que vivemos no mundo social.

No conjunto dessa proposta preliminar de reflexão, por serem importantes e essenciais para o ser humano, reservam-se aos conceitos Identidade-Reconhecimento a noção de que constituem e são constituídos em diferentes espaços de expressão de vida social e contém relações de interdependência de encontro ao *quem sou eu*.

Identidade-Reconhecimento combina entre si significativos aspectos para entendimentos e descrição sobre a constituição e a construção do sujeito psicológico e social, ao mesmo tempo em que nos ajuda a analisar as estruturas psicossociais formadoras das identidades e papéis sociais do homem contemporâneo.

Notas

* Mestre em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá/PR. Graduada em Psicologia (UNESP), vinculada ao Departamento de Psicologia/UPA/UEM. Docente da UNIFAMMA- Faculdade Metropolitana de Maringá-PR. E-mail: adpaulino@uem.br

¹ Historicamente *modernidade* refere-se a um modo de vida, costumes e organização social, que emergiu na Europa por volta do século XVII e que se tornou mundial rapidamente; pode ser entendida dentro de quatro dimensões - a expansão de quatro formas institucionais: o capitalismo, o industrialismo, a vigilância e o poder militar (GIDDENS, 1991).

² Um termo de origem latina, formado a partir do adjetivo “idem” (com o significado de “o mesmo”) e do sufixo “-dade” (indicador de um estado ou qualidade). Como tal, a etimologia de “identidade” conduz à sua aplicação como qualificadora daquilo que é idêntico ou o mesmo, sendo, portanto, identificadora de algo que permanece.

³ O termo “interacionismo simbólico” é atribuído a Herbert Blumer (1969), inspirado nos ensinamentos de George H. Mead (um misto de filósofo, psicólogo e sociólogo), a partir de seu *Mind, Self and Society* (1934) (PAIVA, 2007).

⁴ Na concepção do sujeito moderno (e pós-moderno) os autores Giddens (2002), Bauman (2005), Hall (2006), afirmam certa mobilidade, fragmentação da identidade individual e social, diante de um mundo policultural a que todos estão submetidos na modernidade.

⁵ Para analisar a identidade (o outro como modelo), Caiuby (1993) seleciona os conceitos ligados mais diretamente à linguística e a semiótica – signo, símbolo, significante, significado e simulacro, guiada por seu objetivo de pesquisa em mostrar os efeitos do processo de imposição de padrões e valores ocidentais nas sociedades indígenas brasileiras.

⁶ A considerar sua etimologia, a palavra reconhecimento pode significar, *sm* (*reconhecer+mento*)²
1 Ato ou efeito de reconhecer. 2 *Psicol* Aspecto funcional da memória pelo qual a pessoa tem o sentimento de algo já experimentado ou conhecido. 4 Ato ou efeito de reconhecer como legítimo um governo ou um culto. 5 Confissão, declaração de um fato. 6 Galardão, prêmio, recompensa, retribuição. 7 Gratidão por um benefício recebido. 8 Ato pelo qual se reconhece a existência de uma obrigação (MICHAELIS, 2011).

⁷ Em parte de seu trabalho (tratado como Segundo Estudo), o autor faz diferença para a questão do reconhecimento enquanto capacidade coletiva de fazer história – “luta por reconhecimento”, “política de reconhecimento”, conceitos que se unem ao plano do direito, da política e da economia, conteúdos não abordados neste trabalho.

⁸ O termo reconhecimento para a tradução do alemão *anerkennung* tem um sentido mais estrito do que em português. Do termo *reconnaissance*, no francês, empregado pelo autor, tem amplitude semântica que vai da simples identificação até a gratidão.

⁹ Proposta por Sheldon Stryker (Escola de Chicago), em 1985 e 1986 e até hoje em desenvolvimento (PAIVA, 2007).

¹⁰ O autor defende na construção de uma teoria do estigma uma ideologia que explica inferioridade e mostra o perigo que ela representa do ponto de vista social. Elabora o conceito de pessoas estigmatizadas nos campos tradicionais dos problemas sociais de “raça, relações étnicas, desorganização social, criminologia, patologia social e desvio – uma extração de algo que todos eles têm em comum” (GOFFMAN, 1988, p.158).

Referências

ABIB, J. Antonio Damásio. “Quem sou eu?”. In: TOMANIK, E.; CANIATO, A.; DIAS FACCI, Marilda, (Org.). **A Constituição do Sujeito e a Historicidade**. Campinas: Alínea, 2009.

AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização**. Rio de Janeiro: Mana, vol.7, n.2, out. p. 7-73, 2001.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. **O Sujeito Social**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOCK, Ana Mercês B. et al. **Psicologias**: uma Introdução ao Estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAIUBY, Silvia Novaes. **Jogo de Espelhos**: Imagens da Representação de si através dos outros. São Paulo: Edusp, 1993.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Individualidade e Liminaridade**: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. Rio de Janeiro: Mana, ano 6,

v.1, 2000. p. 7-29.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: EdUSP, 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**, Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. T. Silva e G. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu' (quinta parte). In: **Sociologia e Antropologia**. 2 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos – UOL, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>.

PAIVA, Geraldo J. **Identidade Psicossocial e Pessoal como Questão Contemporânea**. Porto Alegre: Psico PUCRS, v.38, n.1, p.77-84, jan./abr. 2007.

RICOEUR, Paul. **Percorso do Reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

SCHULTZ, Duane P. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

TOMANIK, Eduardo A. O Sujeito Humano e o Conhecimento. In: TOMANIK, E.; CANIATO, A.; DIAS FACCI, M, (Org.). **A Constituição do Sujeito e a Historicidade**. Campinas: Alínea, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Abstract

This article has as aim to broach on Identity-Recognition conceptions, based on theories and studies of social and human sciences which treat of existence and combinations between singular subject meanings (psychological) and collective subjective meanings (sociological). With the contribution of authors from sociology, psychology and social anthropology brings the universe in its explanatory theoretical analysis on the social life generated in interaction processes, frameworks that underlie the construction of identity in the flow of everyday social relationships. The ideas defended on this theoretical discussion are, in synthesis, about me-us dialectic moved by human interactions and its meanings net experienced between personal and social identities, blended and organized on a continuous process of 'who am I' construction. At the end, are based reflections on the configuration of the identification processes and the meanings of human existence, a totality of experiences, choices, made from the contradictions of everyday life, in different spaces of expression of the social life of contemporary man.

Keywords: Identity. Recognition. Psychosocial Subject. Life Meanings.